

## A condenação a uma responsabilidade impossível, em *L'Être et le Néant*, de Jean-Paul Sartre

---

M. PATRÃO NEVES<sup>1</sup>

Jean-Paul Sartre (1905-1980) foi um escritor prolífero, um “devorador de papel” – na expressão de Alain Renault<sup>2</sup> – que, ao longo da sua vida, escreveu sempre com muita facilidade e rapidez abundantes páginas de textos de diferente natureza. Na sua bibliografia encontramos romances, ensaios, peças de teatro, textos políticos e trabalhos filosóficos que, no seu conjunto, lhe valeram a distinção do Prémio Nobel da Literatura em 1964.

É frequente dividir a obra de Sartre em literária e filosófica. Porém, aquele que sempre se reclamou como escritor e que nunca quis ser filósofo, filosofou ao longo de todas as páginas que escreveu, independentemente do género por que as classificamos. Aliás, não é só a obra escrita de Sartre que é profundamente filosófica, mas também a sua própria postura na vida, enquanto atenção aos problemas da existência do homem e reflexão analítica e crítica sobre os mesmos, numa procurada coerência entre a obra e a vida, entre o pensar e o agir. Sartre é o intelectual empenhado ou comprometido nas grandes causas do seu tempo,

---

<sup>1</sup> Professora na Universidade dos Açores.

<sup>2</sup> Cf. Alain Renault, *Sartre, le dernier philosophe*, p. 160.

fundamentando as acções da sua vida, como o pensamento da sua obra, nas diversas situações concretas da existência humana. Por isso, certamente, o seu pensamento ágil e fulgurante é também inquieto e hesitante; enraizado na vida, mergulha em intensas contradições que obrigam a um permanente ultrapassar-se.

É neste contexto muito geral que podemos começar por integrar o facto, inicialmente intrigante, de Sartre jamais ter escrito uma moral quando se reconhece amplamente que a preocupação moral é uma constante na sua obra. Afinal, Sartre anunciou uma vez a apresentação próxima de uma obra sobre moral, afirmou por duas vezes ter concluído a sua moral e alguns comentadores atribuem-lhe ainda o esboço do que seria uma terceira moral. Não a terá escrito por simples cansaço e lassidão, permitida a quem não aspira ser filósofo – como ele próprio diz a Simone de Beauvoir<sup>3</sup>, ou pela inevitabilidade de contradições no seu pensamento, como muitos comentadores concordam em afirmar?

Centrando-nos em *L'Être et le Néant*, como a mais genuína obra filosófica de Sartre e também aquela de que decorre o seu mais sólido projecto moral, sistematizaremos a nossa reflexão em dois momentos principais. O primeiro consistirá numa apreciação geral do pensamento moral de Jean-Paul Sartre. Aqui procuraremos acompanhar o percurso que conduz da fundamentação ontológica da moralidade à explicitação da liberdade como seu traço estruturante indelével, e da concepção ontológica da liberdade às dificuldades de elaboração de uma moral. O segundo consistirá numa análise da concepção sartriana de responsabilidade. Aqui procuraremos evidenciar como, no plano ontológico, a liberdade implica a responsabilidade, defendendo que esta mesma relação se já não verifica num plano especificamente moral. Argumentaremos que a "responsabilidade" se torna impossível no pensamento sartriano, tal como a constituição de uma moral se havia também tornado impossível.

<sup>3</sup> Cf. S. Beauvoir, J.-P. Sartre, *La cérémonie des adieux*, pp. 261-262.



Da (liberdade) ontologia à moral (impossível)

É comum fazer remontar a intenção de Sartre se dedicar à moral ao ano de 1943 e à sua obra filosófica maior *L'Être et le Néant. Essai d'ontologie phénoménologique*, e ainda mais concretamente a uma brevíssima secção de pouco mais de duas páginas intitulada "Perspectives morales". Aí, Sartre afirma inequivocamente que "todas estas questões, que nos reenviam para a reflexão pura e não cúmplice, não podem encontrar a sua resposta se não no terreno moral. Consagrar-lhe-emos uma próxima obra."<sup>4</sup>

Entre os anos de 1945 e 1948, Sartre escreve centenas de páginas no âmbito da reflexão moral, comumente classificadas como constituindo a sua designada "primeira moral". Porém, só postumamente parte delas virão a ser publicadas, inacabadas como o autor as quis deixar, sob o título *Cahiers pour une morale* (1983). Aqueles cerca de quatro anos corresponderiam pois, naturalmente, à dedicação de Sartre ao seu prometido projecto de 1943 de formular uma moral o qual, não obstante, permaneceu deliberadamente incompleto.

E, todavia, algo paradoxalmente, sabemos que o filósofo anunciara ter terminado a sua moral já em 1939 ... "Acabei a minha moral" – afirma Sartre numa carta a Simone de Beauvoir, datada de 9 de Dezembro. E prossegue: "Vou-vos copiá-la aqui. É bastante longa. Se não concluir completamente, continuarei amanhã."<sup>5</sup> O filósofo referia-se então à reflexão e escritos que vinha desenvolvendo desde finais do mês de Setembro do mesmo ano e que nunca chegaram a constituir uma publicação autónoma. O seu apreciável valor, no âmbito deste nosso texto, radica sobretudo no testemunho que apresentam do empenho de Sartre na formulação de uma moral anteceder *L'Être et le Néant* e 1943. De facto, podemos acrescentar que as problemáticas fundamentais do pensamento de Sartre, nomeadamente a questão moral, estão presentes desde as suas primeiras obras: *La Transcendance de l'Ego* (1936-1937), *La Nausée* (1938), *L'Imaginaire* (1940) referem-se já, de diferentes formas, à liberdade como modo de existir da subjectividade e também às condições de uma exis-

<sup>4</sup> Sartre, *L'Être et le Néant*, p. 692.

<sup>5</sup> Sartre, *Les Carnets de la drôle de guerre*, p. 1897.

tência autêntica – problemáticas de cariz indelevelmente ético. O pensamento de Sartre foi sempre, afinal, desde os seus primeiros escritos, eminentemente moral, o que justifica as sucessivas tentativas do filósofo em elaborar uma moral.

Assim sendo, diremos que a designada “primeira moral” de Sartre não se confina aos anos de 1947-1948, a que mais especificamente remontam os textos dos *Cahiers pour une morale* e também outros reunidos sob o título *Verité et existence*, aos quais as perspectivas mais estritas a restringem; a “primeira moral” sartriana estende-se – como A. Renaut aponta – simultaneamente para aquém dessa data, incluindo os enunciados trabalhos da década de 30, e talvez também para além dessa data, se valorizarmos o facto dos anos subsequentes contribuírem para a apresentação desta “primeira moral” como a mais ampla e consistente relativamente aos demais esforços do autor neste plano da reflexão. Aliás, confirmar-se-á ser este o período mais ilustrativo do pensamento moral sartriano.

A sistematização do pensamento moral de Jean-Paul Sartre, neste dito primeiro momento da sua evolução, abarca, pois, um período temporal bastante extenso, centrando-se, todavia, tal como nós o faremos, necessariamente em *L'Être et le Néant*, como a mais desenvolvida e profunda reflexão filosófica do autor, cujas teses fundamentais são ilustradas nos romances e peças de teatro, e também em *L'Existencialisme est un Humanisme* (1946), como uma apresentação breve e muito simples, quase popular, do sentido ético do existencialismo.

Neste primeiro período do pensamento de Sartre, que se estende até ao seu futuro debate com o marxismo, e especificamente nesta sua “primeira moral”, o tema dominante é o da “liberdade”. Antoine Roquentin, de *A Náusea*, vive só, sem que se sinta obrigado a nada e sem que imponha o que quer que seja a outros. Esta noção sartriana de “liberdade” emerge de uma consciência que *L'Imagination* (1936) apresenta como não sendo apenas “perceptiva” mas também “imaginante” e, como tal, não-tética, dando-se como pura espontaneidade e, assim, exprimindo já o poder de negação do real e o sentido fundamental da liberdade. *L'Imaginaire*, numa perspectiva diferente, sublinha igualmente a importância da imaginação, agora sobretudo como testemunho da capacidade que a consciência humana tem de transcender o mundo, negando o que



é, e também de afirmar o que não é – na expressão mais elementar da liberdade. *La Transcendance de l'Ego* confirma a concepção fenomenológica da "consciência" como não-substancial (já na crítica ao eu transcendental de Husserl), como abertura e intencionalidade, a qual Sartre desenvolve, sob uma perspectiva existencialista, como negatividade e sempre posicionada, situada. Pablo Ibieta, de *Le Mur* (1939), é o protagonista vivo de uma situação concreta, uma "situação-limite" em que é obrigado a fazer uma escolha, assim afirmando a sua liberdade radical.

O tema da "liberdade" é pois introduzido pelo da "consciência" e é a reflexão de Sartre sobre a "consciência" que descobre a subjectividade como liberdade – percurso que o ensaio de ontologia fenomenológica, *L'Être et le Néant* confirma, justificando assim a originária dimensão ontológica da liberdade. Aqui, o filósofo, distanciando-se de toda a perspectiva metafísica dominante e também da perspectiva fenomenológica comum que conduz ao idealismo, propõe-se ultrapassar o tradicional dualismo entre "ser" e "fenómeno" – o que se evidenciará determinante para o reconhecimento do modo de ser da consciência como "nadização" ("*néantisation*" ou redução ao nada) do ser. Expliquemo-lo brevemente.

Jean-Paul Sartre, na sua ontologia fenomenológica, começa por distinguir o "fenómeno do ser", a "aparição do ser", do "ser do fenómeno", o "ser do que aparece", o que lhe vai permitir perguntar pelo ser daquilo que aparece ("ser do fenómeno", o ser em-si) e ser conduzido ao que percebe, cujo ser se nos revela como consciência ("fenómeno do ser", ser para-si). Com efeito, o ser que se nos desvela através de meios de acesso imediato, como a náusea (ser do fenómeno), é certamente objecto da ontologia enquanto descrição do fenómeno de ser, tal como aparece, sendo também condição desse desvelamento. Por seu turno, também o "fenómeno do ser" é ontológico, na medida em que exige um fundamento transfenoménico a saber, o "ser do fenómeno". Este escapa, pois, à condição fenoménica e, como tal, excede e funda o conhecimento que dele se possa ter, isto é, apresenta-se como o ser na sua plenitude, que Sartre designa como "ser em-si". Quanto ao "fenómeno do ser", obviamente fenoménico, consiste em existir apenas na medida em que se revela, numa visceral marca da sua finitude. É um "ser para-si", e revela-se-nos como consciência. O modo de ser da consciência é ser para-si.

"Em-si" e "para-si" são, pois, dimensões de uma ontologia fenomenológica em que o "em-si" se apresenta como sendo aquilo que é e não sendo aquilo que não é, sendo o ser na sua plenitude; e o "para-si" como não sendo o que é e sendo o que não é, sendo não-ser. O "para-si" é então nadização do ser, negação e fuga perene do ser em-si.

A consciência é agora compreendida como poder de negar, de se distanciar, de transcender o que é para ser o que não é; ela é permanente infracção da identidade – o que define o sentido existencialista da subjectividade. O homem é um nada de ser, sendo apenas o que fizer de si no seu existir; ele é um projecto de si – o que lhe impõe a liberdade como total, absoluta e irrecusável. Deste modo, a liberdade, em Sartre, não surge eticamente exigida mas depara-se-nos ontologicamente descrita; a liberdade não se apresenta na sua dimensão ética, como conquista de um processo de deliberação, mas na sua dimensão ontológica, como constituinte inalienável do homem, manifestando-se, pois, a partir de uma ontologia da subjectividade como modo de ser da consciência.

Esta liberdade ontológica vai então ser tematizada no contexto sartriano segundo dois vectores distintos mas complementares: primeiramente, no seu carácter absoluto e total, isto é, como escolha permanente que o homem faz de si, do seu ser; depois, na sua facticidade e contingência, isto é, como não possuindo qualquer fundamento. Consideremo-los separadamente, procurando também já acompanhar a irreprimível abertura do plano ontológico ao ético, da descrição e compreensão do que é a liberdade à reflexão e prescrição sobre como o homem a deve viver.

O carácter absoluto da liberdade decorre – como já vimos sobejamente – da liberdade, definida ontologicamente a partir de uma ontologia da subjectividade, do ser mesmo da consciência, estando na origem do próprio modo de ser do homem e definindo-o na sua existência. Por isso, a liberdade é irrecusável e indelével, estando os homens "condenados a serem livres"<sup>6</sup>; ela é absoluta na medida em que o homem é totalmente livre, só não sendo livre de deixar de ser livre.

<sup>6</sup> Sartre, *L'Être et le Néant*, p. 495.



Esta liberdade absoluta gera um sentimento profundo de angústia: afinal, se o homem nada é antes de existir e se existir é escolher-se a cada instante, ele é apenas o que fizer de si e cada escolha é, simultaneamente, realização de si, na concretização de algumas das suas possibilidades, e negação de si, no seu inexorável modo de ser como transcendência a si. A angústia nasce da consciência de ser o seu próprio porvir e deste se desenrolar como nadização da subjectividade. Neste contexto, muitos são os homens que não conseguem viver na angústia e lhe procuram escapar através de diversos comportamentos de fuga à liberdade: a mentira, a ironia e a má-fé. A má-fé, particularmente, como "mentira a si", não incide sobre o que é exterior ao sujeito, em que a intenção de mentir é clara para quem mente, mas sobre o próprio sujeito, em que este esconde a si próprio a sua liberdade, procurando assim negar o seu modo de ser como liberdade. A negação recai sobre a subjectividade, isto é, o homem, negando a sua liberdade, nega o seu modo de ser, nega-se a si.

Ensaçando a passagem da ontologia à moral, acrescentaremos que o homem que não assume nem vive plenamente a sua inalienável liberdade mas que, pelo contrário, a procura ocultar a si, tenta refugiar-se numa existência inautêntica. A liberdade ontológica instaura uma *moral da autenticidade*, segundo a qual o homem deve viver permanentemente sob o signo da liberdade, no cumprimento afinal do seu autêntico modo de ser.

Encontramo-nos agora já na segunda vertente por que a reflexão sartriana sobre a liberdade se desenvolve: a da sua facticidade, expressão da impossibilidade da liberdade deixar de ser livre, como seu facto inegável; e a da sua contingência, expressão da impossibilidade da liberdade deixar de existir, isto é, de ser livre para deixar de ser livre, na medida em que não é causa de si. Facticidade e contingência são dois modos de designar a ausência de fundamento da liberdade, tanto mais absurda quanto é a própria liberdade que – na falta de qualquer autoridade ou *a priori* – constitui o fundamento de toda a escolha e de todos os valores.

Esta problemática obriga primeiramente à consideração dos eventuais limites da liberdade, nomeadamente os que lhe serão impostos pelos "dados" que, de tantas e variadas maneiras, se manifestam na vida de cada um: o seu lugar, o seu corpo, o seu passado, etc. De facto, estes "dados" (um em-si a nadizar pelo para-si) relativos à nossa existência – limites

objectivos do nosso ser, limites externos à nossa liberdade – são interiorizados por nós como “irrealizáveis-a-realizar”. Os “irrealizáveis” são dados *a priori* da minha situação; porém, eles só podem existir através do meu projecto livre pelo qual os assumo. Neste sentido – afirmará Sartre –, os únicos limites da liberdade são os que ela coloca a si mesmo em função dos seus próprios projectos, uma vez que é a liberdade que, ao escolher, escolhe também, indirectamente, os seus limites.

Ensaçando, mais uma vez, a passagem da ontologia à moral, acrescentaremos que o homem que não retoma o dado, integrando-o no seu projecto de si, que não considera os irrealizáveis como a realizar, escolhendo-se no domínio dos possíveis, arrisca a perder o sentido do existir e a plasmar-se no modo de ser em-si, do ser que é o que é. A liberdade ontológica instaura uma *moral da finitude*, segundo a qual o homem deve manter-se permanentemente distante de si, fora de si, na sua transcendência, como condição da sua liberdade, a qual deve assumir mesmo o que não fez e que vem afinal a constituir a situação em que a sua liberdade se exerce.

Em síntese, Sartre desenvolve o seu pensamento filosófico no plano da ontologia a qual, todavia, desde sempre exprimiu uma forte preocupação moral. Visando a reflexão sobre a “consciência” a partir de uma ontologia fenomenológica, Sartre progrediu para a noção de subjectividade como liberdade a qual, decorrente deste mesmo processo, é radicalmente de dimensão ontológica. Esta liberdade ontológica exige necessariamente uma ética como procura do sentido para uma liberdade irreduzível, que não se esgote num projecto individual. Não basta afirmar que o homem é livre; urge perguntar o que fazer com a liberdade.

Já em *L'Être et le Néant*, o filósofo procurou deduzir uma ética existencial da sua ontologia; entretanto considerou que a questão moral exigiria uma obra que se lhe dedicasse inteiramente. Sabemos já que esse plano não se concretizou. Apenas *L'Existencialisme est un Humanisme* apresenta uma reflexão eminentemente ética, no prolongamento do pensamento exposto em 1943, já corroborado também nos escritos de *Cahiers pour une morale*. Depois de longamente pensada, depois de sucessivamente ensaiada, depois de inequivocamente anunciada, a moral sartriana não chega a ser formal e sistematicamente apresentada (nem a designada “pri-



meira moral", nem as duas posteriores que indicaremos seguidamente). Porquê?

Uma resposta breve a esta complexa questão arrisca-se a ser, simultaneamente, simplista, equívoca e incompleta. Fiquemo-nos, por isso, pela mera enunciação sistematizada das principais dificuldades que Sartre enfrentou no seu esforço por elaborar a moral existencialista.

Uma primeira dificuldade decisiva foi a da articulação do estatuto ontológico da liberdade, no seu absolutismo e contingência, com a natureza normativa e o sentido prescritivo da moralidade. O homem, que é tão absolutamente livre que só não é livre de deixar de ser livre, jamais poderá estar sujeito a qualquer regra de que não seja o único autor e que não possa negar a cada instante. Mas então, não admite regras e, de facto, o pensamento sartriano não contempla o sentido da obrigação inerente a toda a moralidade. Esta noção de obrigação, aliás, não seria apenas dirigida ao próprio sujeito mas também em função do outro, isto é, na exigência do reconhecimento do outro como um outro-eu, o que nos conduz a uma segunda dificuldade decisiva.

Com efeito, a concepção existencialista da subjectividade conduz a um individualismo solipsista dificilmente harmonizável com a dimensão social do humano em que toda e qualquer moralidade se desenvolve. Recordemos que o homem sartriano, ontologicamente definido como sendo não-ser, sendo para-si, não possui o fundamento do seu próprio modo de ser. Por isso ele é "falta" ("manque"), por isso ele é finito. O fundamento do para-si só poderia residir no em-si que o homem não é. O outro, porém, que me olha e que com o seu olhar me objectiva, possui uma imagem-objecto de mim, o meu em-si. Importa então captar esse em-si, sem deixar de ser para-si e assim realizar a síntese a que todo o homem aspira de ser em-si-para-si, o que corresponderia, afinal, a ser Deus. A relação intersubjectiva, porém, está condenada ao fracasso. É que o outro, considerado como olhar, reduz-me a um em-si e desagrega o meu mundo (transcende a minha transcendência e rouba-me o mundo) e, além disso, jamais me permite alcançar o meu em-si, o que só me seria possível se eu reduzisse o outro-eu, para-si, a em-si, situação em que esse outro eu deixaria de ter qualquer imagem de mim. *Cahiers pour una morale* apresenta o esforço de Sartre por viabilizar as relações intersubjectivas

e construir um "nós", indispensável para a emergência da moral<sup>7</sup>. Mas a relação entre o eu e o outro persiste marcada pela indiferença ou pelo ódio.

Brevemente, a ontologia da subjectividade exige uma moral que Sartre não pode construir sem se contradizer. Por isso, talvez, ele vem a afirmar que construção de uma moral, apesar de não existir, é muito necessária<sup>8</sup>. Sendo impossível no âmbito da sua ontologia da subjectividade, o filósofo ensaiará outras vias que possam conduzir a uma moral.

A comumente designada "segunda moral" é ensaiada entre 1964 e 1965 e resulta já fortemente do encontro de Sartre com o marxismo. O seu ponto de partida é agora mais político do que filosófico, mais histórico do que ontológico. Trata-se ainda e sempre do mesmo projecto sartriano de elaborar uma moral, mas a sua base teórica não é mais a da ontologia da subjectividade de *L'Être et le Néant*, mas a de uma antropologia estrutural e histórica que procura exprimir uma compreensão unitária do homem de *Critique de la Raison Dialectique* (1960). A moral não se centra mais na esfera do indivíduo, mas sobre a dimensão social do homem, sobre a dimensão política das sociedades que devem permitir uma liberdade real que vá para além da "produção" da vida de cada um – respondendo assim às dificuldades apontadas para a elaboração da "primeira moral". Esta "segunda moral" pretende constituir-se como ruptura em relação à primeira, deixando de ser – nas palavras do autor – "mistificada" e tornando-se "realista" ("dialéctica")<sup>9</sup>.

Em 1969, Sartre anuncia, a M. Contat e a M. Rybalka, ter já terminado esta "segunda moral" na sua mente, enfrentando então apenas alguns problemas de redacção<sup>10</sup>. E, todavia, mais uma vez, uma anunciada moral de Sartre consistirá em textos na sua maior parte inéditos. O filósofo terá começado a redacção da sua nova moral no contexto da preparação de uma conferência – "Détermination et liberté" – proferida em

<sup>7</sup> Sartre, *Cahiers pour une morale*, p. 138 e p. 300.

<sup>8</sup> Michel Rybalka, Jean-Paul Sartre, "Une vie pour la philosophie, entretien avec Jean-Paul Sartre", p. 61

<sup>9</sup> Cf. *La cérémonie des adieux*, p. 42

<sup>10</sup> Cf. M. Contat e a M. Rybalka, *Les Écrits de Sartre*, p. 426.



Roma, em 1964. As abundantes "notas" que foi escrevendo terão mesmo começado a ser reunidas em função de uma publicação que não chegou a acontecer. O espólio de Sartre apresenta ainda outros textos inéditos da mesma época, nomeadamente "notas" para um ciclo de conferências que o filósofo deveria ter proferido nos Estados Unidos, sem que tal se tivesse vindo a concretizar, e que também constituiriam material para a designada "moral realista" de Sartre.

De acordo com o testemunho de A. Renaut<sup>11</sup>, estes últimos textos, hoje inacessíveis, incluíam a questão de se saber como é possível pretender formular uma moral que, enquanto orientadora da acção, aspira a ser tão rigorosa, objectiva e incondicionada quanto possível e, simultaneamente, situar-se no plano da historicidade em que os fins apontados pelas sociedades se revelam efémeros; e também a questão acerca da articulação entre a liberdade absoluta do sujeito e a impossibilidade deste nadizar sempre, inteiramente, o que a própria liberdade não produziu. Estas questões não chegam a encontrar resposta na obra de Sartre e, mais uma vez, talvez pela eventualidade de se expor a contradições internas ao seu pensamento, o filósofo terá simplesmente abandonado a redacção desta nova moral. Sem ter alcançado um nível de elaboração que permita ao leitor sistematizar o pensamento de Sartre nesta segunda moral e sem ter por suporte teórico uma filosofia bem elaborada como acontece com a primeira moral, esta segunda acaba por carecer de uma pertinência verdadeiramente significativa no contexto sartriano.

A mesma apreciação, com mais fortes razões, podemos aplicar a uma apontada "terceira moral", correspondente à notória inflexão do pensamento de Sartre evidente na entrevista que concedeu, pouco antes de falecer, a Bény Lèvy, seu secretário desde há alguns anos. A entrevista veio a ser publicada em três números sucessivos do periódico *Le Nouvel Observateur*, em Março (10, 17 e 24) de 1980 e surpreendeu o público sartriano em geral pelo sentido inesperado das palavras do filósofo. Com efeito, neste texto, que a morte do filósofo no mês seguinte não permite desenvolver ou especificar, são introduzidos conceitos e temáticas

---

<sup>11</sup> Cf. Alain Renault, *Sartre, le dernier philosophe*, pp. 162-165.

inéditas em Sartre; simultaneamente, são muitos os comentadores que apontam uma notória semelhança entre o discurso de Sartre nesta entrevista e as próprias obras de Bény-Levy que se lhe seguirão. A suspeita de uma vincada presença do entrevistador nesta entrevista não parece poder ser afastada, pelo que o texto não pode ser inequivocamente assumido como sartriano. Além disso, mesmo na ausência desta suspeita, a falta de desenvolvimento e consistência desta suposta "terceira moral" não nos permitiriam considerá-la como base para o desenvolvimento da nossa problemática da "responsabilidade". De facto, só a esboçada moral existencial de Sartre decorrente da sua ontologia apresenta um nível de consistência e desenvolvimento que nos permite uma reflexão sobre o sentido fundamental da projectada moral sartriana.

O percurso até agora realizado mostrou-nos que o domínio ontológico de que Sartre partiu o conduziu explicitamente à necessidade de uma moral, especificamente por via da noção de liberdade que, caracterizando o modo de ser da subjectividade (ontologia) tem de ser vivida no dia-a-dia por cada sujeito (ética). É ainda a liberdade, no seu carácter absoluto e contingente, que, a limite, inviabiliza a construção de uma moral, ao não admitir qualquer enunciado imperativo ou prescritivo. Não obstante a liberdade ser de dimensão ontológica, enquanto indeterminação do agir, ela mantém permanentemente aberta a passagem a uma moral que, aliás, requer e cuja expressão seria a "responsabilidade" – tal como se anuncia em *L'Être et le Néant*.

#### *Da liberdade (ontológica) à responsabilidade (impossível)*

"Responsabilidade" não é um termo frequente no vocabulário de Jean-Paul Sartre e, certamente por isso também, não tem merecido atenção particular dos comentadores que se lhe referem, regra geral, apenas na esteira de uma reflexão sobre a liberdade. A perspectiva sobre a responsabilidade sartriana, tácita e amplamente partilhada, é a de que ela decorre natural e inevitavelmente do exercício da liberdade.

Não obstante, consideramos que se justifica uma análise atenta da noção de "responsabilidade" em Sartre por uma confluência de razões de diversa natureza, que enunciamos de acordo com uma motivação pessoal e numa ordem cronológica inversa: o enorme destaque que o tema da



"responsabilidade" tem actualmente no domínio alargado da ética; a tendência, das últimas décadas, para inverter o relacionamento tradicional entre a "liberdade" e a "responsabilidade", atribuindo a primordialidade à segunda, com a sua consequente valorização em relação à primeira; a extraordinária intensidade da responsabilidade individual no contexto sartriano, o que certamente merece reflexão.

Começaremos, então, por remontar ao modo como a responsabilidade surge no pensamento de Sartre, ou melhor, por reconstituir o processo que introduz a responsabilidade no horizonte filosófico sartriano. Tal implica reler *L'Être et le Néant*, obra em que, não obstante a responsabilidade ser apenas sistematicamente tematizada numa curta secção intitulada "Liberté et responsabilité", reúne a mais desenvolvida referência de Sartre à responsabilidade e a sua mais sólida fundamentação desta.

Em *L'Être et le Néant*, e de igual forma em *L'Existencialisme est un Humanisme* que – como já indicámos – aponta os traços mais marcantes de uma moral existencialista, a responsabilidade surge efectivamente na esteira da reflexão sartriana sobre a liberdade mas num contexto que, aparentemente negligenciável, assume para nós, no âmbito da nossa proposta de reflexão, uma assinalável relevância. Com efeito, importa-nos sublinhar que a "responsabilidade" é apenas introduzida em *L'Être et le Néant*, já no plano da moralidade e não no da ontologia como se verifica com a liberdade. Assim, no início da secção "Liberté et responsabilité", Sartre afirma que "as considerações que se vão seguir interessam sobretudo ao moralista" porque vai retomar a "liberdade do para-si para tentar compreender o que representa para o destino humano"<sup>12</sup>, isto é, ele vai tentar ultrapassar o plano descritivo da ontologia (em que situou até então) para enveredar pelo plano da moral em que o homem exerce a sua liberdade (e no qual promete prosseguir). E acrescenta que o que essa liberdade representa no plano moral é a responsabilidade, pelo que a responsabilidade surge como correspondendo à representação da liberdade no plano moral. A responsabilidade, em Sartre, é originariamente apresentada como um conceito moral.

---

<sup>12</sup> Sartre, *L'Être et le Néant*, p. 612.

E, não obstante, justificando as repetidas interpretações dos comentadores, Sartre prossegue a secção traçando uma rigorosa implicação directa do facto da liberdade para o facto da responsabilidade e estabelecendo um estrito paralelismo entre as características da liberdade e as da responsabilidade. Assim, e num esforço de sistematização, diremos que a responsabilidade (no âmbito da "primeira moral") surge como uma "consequência lógica" da liberdade, a ser "reivindicada" no plano de uma existência autêntica e "assumida" no âmbito de uma moral da finitude. Expliquemos brevemente estes três aspectos.

O homem é apresentado por Sartre como sendo o seu próprio existir, escolha permanente de si, não sendo nada, afinal, que não tenha escolhido ser, isto é, numa palavra: livre. Se tudo o que o homem for sendo, vai sendo pela sua liberdade, então o homem é necessariamente responsável por tudo aquilo que vai sendo, numa implicação lógica irrefutável. Absoluta e totalmente livre ele é também absoluta e totalmente responsável, numa rigorosa proporcionalidade entre a liberdade e a responsabilidade. O homem é responsável por tudo e por todos, mesmo pelo que não fez.

Assim sendo, o homem que vive uma existência autêntica, isto é, que vive sob o signo da liberdade numa permanente escolha de si, dos outros e do mundo, exige a responsabilidade, chama a si a iniciativa das suas escolhas como testemunho da liberdade que lhes presidiu, num constante reitar da autenticidade da sua existência. O homem é sem desculpas<sup>13</sup>.

E este reivindicar da responsabilidade inscreve-se também no horizonte dos possíveis a realizar por um homem que, na sua finitude, aspira a apropriar-se de todos os possíveis para se tornar – qual "paixão inútil" – *ens causa sui*. O homem é como que coagido a ser responsável<sup>14</sup>.

A partir do exposto, é inevitável concluir que Sartre apresenta uma "responsabilidade" feita à imagem e semelhança da liberdade – sua inspiração fundamental –, isto é, total e absoluta, marcada indelevelmente

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 613.

<sup>14</sup> *Cf. Ibid.*, p. 614.



pela facticidade e pela contingência. O discurso do filósofo sobre a "liberdade"

"[...] Estou condenado a ser livre. Tal significa que não seria possível encontrar outros limites à minha liberdade para além dela própria ou, se preferirmos, que nós não somos livres de cessar de sermos livres"<sup>15</sup>; "Dizíamos que a liberdade não é livre de não ser livre e que ela não é livre de não existir. É que, com efeito, o facto de não poder não ser livre é a *facticidade* da liberdade e o facto de não poder não existir é a sua *contingência*. Contingência e facticidade são uma só."<sup>16</sup>; "A liberdade é total e infinita, o que não quer dizer que *não tenha* limites, mas que *jamaís os encontra*. Os únicos limites com que a liberdade se confronta a cada instante são aqueles que ela impôs a si própria [...]"<sup>17</sup>

é em tudo semelhante ao da "responsabilidade"

"Eu sou responsável por tudo, com efeito, excepto pela minha própria responsabilidade porque não sou o fundamento do meu ser. [...] Entretanto, encontro uma responsabilidade absoluta pelo facto da minha facticidade [...] ser directamente imperceptível e mesmo inconcebível. [...] Esta facticidade, por sua vez, não aparecerá senão na medida em que a ultrapasso em direcção aos meus fins. Assim, a facticidade está por todo o lado, mas imperceptível; eu não encontro nunca se não a minha responsabilidade. [...] Estou condenado a ser integralmente responsável de mim-mesmo."<sup>18</sup>

Mas, se assim é, se a liberdade é o modelo da responsabilidade, também a responsabilidade é ontológica, à semelhança da liberdade. Uma responsabilidade ontológica surge e mantém-se (confinada) no domínio do ser. E a concepção apresentada de "responsabilidade", dita absoluta, irrecusável e sem fundamento, é incontestável no plano ontológico, em

---

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 494.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 543.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 589.

<sup>18</sup> *Ibid.*, pp. 614-615. Também os *Cahiers pour une morale* retomam esta concepção de "liberdade", de "responsabilidade" e da relação entre estas duas dimensões do homem: cf. p. 448.

que se apresenta e se desenrola, pela mesma ordem de razões que também a liberdade é inegável.

Esta responsabilidade ontológica, porém, como o próprio filósofo afirma, corresponde apenas ao "sentido banal" de responsabilidade como "consciência de ser autor incontestável de um acontecimento ou de um objecto". E Sartre prossegue "esta responsabilidade absoluta não é, aliás, aceitação: é simples reivindicação lógica das consequências da nossa liberdade."<sup>19</sup> A responsabilidade ontológica é apenas a imagem fiel de uma liberdade que, como que face a um espelho, se vê como responsabilidade, sendo esta um mero reflexo de si mesma. O objectivo inicial de Sartre, porém, seria o de, enraizando a responsabilidade na liberdade (porque é a liberdade que fundamenta a responsabilidade), fazer com que a responsabilidade correspondesse a uma projecção (ou "representação" e não simples reflexo) no plano da moralidade de uma liberdade encerrada no plano da ontologia.

Presas no reflexo do espelho, a responsabilidade não chega a ser a projecção da liberdade no plano da moralidade, mas apenas a imagem que a liberdade tem de si, de modo que tanto a realidade reflectida como o reflexo da realidade se mantêm ainda e sempre no plano da ontologia.

E, todavia, recordemos que quando Sartre se começa a referir à "responsabilidade" o faz no sentido de realizar a transição do plano da ontologia para o da moralidade, da descrição da liberdade para o que ela representa para o destino humano. A liberdade representa então – nas suas palavras – uma "responsabilidade", a qual – diríamos nós –, enquanto tal, não se pode desenvolver no domínio do ser, mas tem de se exercer no domínio do agir, não pode ser ontologicamente estabelecida, como indelével, mas moralmente formulada, como voluntária. A responsabilidade sartriana, porém, resvala do plano moral, em que o filósofo inicialmente a colocara, e precipita-se no plano ontológico, onde se funda e de onde nunca chegou efectivamente a isolar-se. Assim sendo, a responsabilidade sartriana nem chega a assumir uma dimensão moral, nem subsiste numa dimensão ontológica.

---

<sup>19</sup> *L'Être et le Néant*, p. 612.



A responsabilidade não assume uma dimensão moral porque nunca se perfila como resposta a outrém, sob o sentido do dever – no cumprimento da sua genuína significação ética. Simultaneamente, a responsabilidade não subsiste no plano ontológico porque, coincidindo com a liberdade, dilui-se no exercício pleno da própria liberdade. Numa palavra, a responsabilidade sartriana torna-se "impossível".

A responsabilidade revela-se impossível porque o homem não tem experiência moral da responsabilidade. Com efeito, dada a implicação da responsabilidade na liberdade, liberdade e responsabilidade constituem uma única e mesma experiência. No plano moral, porém, constituem experiências distintas o que, aliás, justifica o valor mesmo da responsabilidade.

A responsabilidade revela-se impossível porque não se apresenta como possibilidade a não realizar. Com efeito, sendo a responsabilidade uma necessidade ontológica e uma implicação lógica da liberdade, ela não pode não ser, sob risco de negar a liberdade e, assim também, a si própria, responsabilidade. No plano moral, porém, em que as experiências da responsabilidade e da liberdade são distintas, a liberdade mantém-se possível na ausência de responsabilidade e a responsabilidade pode permanecer uma aspiração mesmo na ausência de liberdade.

A responsabilidade revela-se impossível porque se apresenta desprovida de qualquer mérito ou valor. Com efeito, se ao homem não é dado revoltar-se ou resignar-se com o que lhe acontece porque tudo o que lhe acontece é humano e, portanto, é seu, a responsabilidade é um puro facto na sua vida, sendo axiologicamente neutra. No plano moral, porém, a responsabilidade é um valor como capacidade e vontade que o homem tem de "responder" a si, ao outro, à vida, ao mundo.

A responsabilidade revela-se impossível porque é reivindicada no âmbito de um individualismo solipsista, na ausência de relação. Com efeito, se a responsabilidade é apenas autoria do exercício da liberdade, imputabilidade do feito a quem o fez, num circuito fechado sobre o homem, ela é uma simples tautologia da liberdade. No plano moral, porém, a responsabilidade é sempre "relação" e, como tal, supõe a alteridade – aspecto que veio posteriormente a ser reforçado na recuperação filosófica do sentido originário da "responsabilidade" como "resposta".

De facto, a responsabilidade supõe sempre a presença do outro perante o qual reivindico a autoria da minha acção ou a quem respondo ou ainda cuja presença interrogativa reconheço.

A responsabilidade moral é, pois, impossível pela mesma ordem de razões que tornaram a moral impossível também: a responsabilidade moral enuncia um dever e exige uma comunidade.

Condenado à responsabilidade, pela liberdade, o homem reconhece-a como impossível.

## Bibliografia

### Textos:

- L'Imagination* (1936), Paris, P.U.F., 1949.
- A Transcendência do Eu* (trad. port. de *La Transcendance de l'Ego*, 1936-1937, e Introdução de Pedro Alves), Lisboa, Edições Colibri, 1994.
- La Nausée*, Paris, Éditions Gallimard, 1938.
- Le Mur*, Paris, Éditions Gallimard, 1939.
- L'Imaginaire. Psychologie phénoménologique de l'imagination* (1940), Paris, Éditions Gallimard, 1986.
- L'Être et le Néant. Essai d'ontologie phénoménologique*, Paris, Éditions Gallimard, 1943.
- O Existencialismo é um Humanismo* (trad. port. de *L'Existentialisme est un Humanisme*, 1946, e Notas de Vergílio Ferreira), Lisboa, Editorial Presença, 4ª ed., 1978.
- Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre, *La cérémonie des adieux*, Paris, Éditions Gallimard, 1981.
- Cahiers pour une Morale*, Paris, Éditions Gallimard, 1983.
- Les Carnets de la drôle de guerre*, Paris, Éditions Gallimard, 1983.
- Verité et existence*, Paris, Éditions Gallimard, 1989.
- Benny Lévy, Jean-Paul Sartre, *L'espoir maintenant. Les entretiens de 1980*, Paris, Verdier, 1991.
- Michel Rybalka, Jean-Paul Sartre, "Une vie pour la philosophie, entretien avec Jean-Paul Sartre", *Magazine Littéraire*, mars 2005 - mai 2005, 7: 56-62.



**Estudos:**

Contat, M., Rybalka, M., *Les écrits de Sartre*, Paris Éditions Gallimard, 1970, 792 pp.

Jeanson, Francis, *Le problème moral et la pensée de Sartre*, Paris, Éd. du Seuil, 1965, 352 pp.

Reimão, Cassiano, *Consciência, dialéctica e ética em J.-P. Sartre*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, 495 pp.

Renault, Alain, *Sartre, le dernier philosophe*, Paris, Éd. Grasset & Fasquelle, 1993, 253 pp.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

JEAN-PAUL SARTRE - UMA CULTURA DA ALTERIDADE  
Filosofia e Literatura

---

**Actas de Colóquio**

COORDENAÇÃO • Cassiano Reimão

LISBOA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

2005